

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - IPADES**

A ELEIÇÃO E O ELEITOR

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

O mês de outubro de 2014, no calendário eleitoral brasileiro realizou-se eleição para presidente da República, governadores de Estados e do Distrito Federal, senadores – 1/3 do Senado Federal – deputados federais, estaduais e distritais, ocorridas em 05 e 26, primeiro e segundo turno, respectivamente.

Eleição é a grande e importante oportunidade que as sociedades democráticas têm através da manifestação livre dos cidadãos (ãs), de realinhar as forças políticas, econômicas e sociais no estabelecimento ou na manutenção de instituições inclusivas, “ferramenta” importante e indispensável ao desenvolvimento do país.

Instituições inclusivas são as que permitem a participação, cada vez mais ampla, da população nos benefícios da riqueza e da qualidade de vida gerada pelo desenvolvimento econômico. Elas tiveram início com a Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, quando ampliaram os poderes do parlamento e diminuíram os poderes do rei.

Cem anos depois, como consequência dessa mudança política a Inglaterra tornou-se o berço da Revolução Industrial. A desigualdade existente hoje no mundo se deve ao fato de que, durante os séculos XIX e XX, certos países lograram tirar proveito da Revolução Industrial e das tecnologias e métodos de organização por ela acarretados, ao passo que outros, não. Isto porque a mudança tecnológica é apenas uma das forças motrizes da prosperidade, mas talvez seja a mais crítica; a outra é a a variável política. Os países que não aproveitam as novas tecnologias, como não exercem o direito do voto com uma visão ampla e não pessoal do desenvolvimento, tampouco se beneficiam de outros motores da prosperidade.

Até a presente data, após a redemocratização do país, a eleição de 2014 entrou na história política do Brasil como a mais emocionante e a mais imprevisível

desde 1989. A diferença de 3,28% (correspondendo a 3.457.522 votos válidos) para a candidata reeleita, Sra. Dilma Rousseff, para a presidência da República, no segundo turno da eleição, confirma o que a campanha demonstrou, ou seja, o estágio político no qual o país se encontra, polarizado entre dois partidos PT e PSDB que representam duas visões de desenvolvimento, com maior participação e envolvimento do estado, ou com um estado enxuto, fiscalizador e apoiando as forças do mercado e da sociedade no desenvolvimento.

É oportuno um resumo do que ocorreu na corrida à presidência da República. No dia 13 de agosto, pouco antes do início da propaganda eleitoral gratuita, o candidato Eduardo Campos (PSB) morreu em um acidente aéreo. Marina Silva candidata a vice-presidente assumiu a candidatura; na primeira pesquisa divulgada após o acidente, ela já estava na frente da candidata à reeleição Dilma Rousseff, nas intenções de voto no segundo turno. Desconstruída na propaganda eleitoral gratuita e com tempo desproporcional para se defender viu sua queda acontecer até que ficasse fora do segundo turno da eleição, que foi disputado pelos candidatos Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

O filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) marcou na história a sentença: “*o homem é um animal político*”. Nos fez compreender que a política está presente em nossa vida, pois todas as relações guardam em si elementos políticos significativos, e nas sociedades complexas do século XXI, muito mais.

Mas quem é o principal personagem do processo político que deságua numa eleição? O eleitor. Mas como ele participa e decide seu voto? Pesquisas demonstram que: a) 15% decidem o voto momentos antes da votação; b) percentual próximo a este se abstém de votar; c) a situação econômica e de bem-estar do eleitor tem peso decisivo.

Verifica-se pelas respostas captadas pelas pesquisas que são os aspectos de curto prazo os que mais pesam na decisão do eleitor na hora do voto. Isto porque a formação política da sociedade ainda é, principalmente em países em desenvolvimento, muito pequena, não permitindo que o cidadão-eleitor entenda a importância da política não apenas na manutenção do seu bem-estar num curto prazo, mas, no contínuo e progressivo desenvolvimento do país, e para que esta condição ocorra é imprescindível que a ascensão econômica venha *pari passu* com a ascensão política, pois a integração destas duas variáveis fortalece e mantém a democracia promovendo o desenvolvimento do país.

O país não alcançará um patamar de nação desenvolvida se o cidadão-eleitor e a cidadã-eleitora beneficiados pelo crescimento econômico e mobilidade social se portarem com uma visão reducionista, ou seja, basta conseguir o emprego, ter condição de se tornar um consumidor; e, a partir daí se conformar como se tivesse alcançado o paraíso. As discussões relevantes para o desenvolvimento, envolvendo temas como: educação; saúde; segurança; moral; ética; gestão do governo e das demais instituições; política externa; meio ambiente e políticas nacionais para financiamento e desenvolvimento de ciência e tecnologia, precisam fazer parte da análise e consciência dos eleitores (as).

Não se deve esquecer que não existe democracia sem o exercício da cidadania, e ambas se fazem no dia-a-dia, e devem ser compreendidas como um valor cultural e aprimorado constantemente pela educação. Se apenas a economia e o bem-estar imediato funcionar numa visão pessoal somos apenas um país de consumidores, mas incapazes de opinar e influenciar no desenvolvimento nacional. A economia de mercado é um dos atributos da democracia, apenas um. Além do mais, o crescimento da economia com a melhoria da condição social do eleitor (a) não deve levar a um descuido com a existência e bom funcionamento das instituições, principalmente as instituições inclusivas, que garantem a democracia e as condições de melhoria de vida da população, visto que, tal descuido pode custar muito caro para toda a sociedade.

A moralidade e transparência da gestão pública, as reformas que modernizam as instituições e as ações da sociedade, a liberdade de imprensa, o mérito como regra de promoção, o respeito aos direitos humanos, o conhecimento científico e tecnológico promovendo a inovação são valores que ao lado do crescimento econômico forjam uma nação moderna e democrática. Todos estes valores devem pesar na hora de votar.

Aqueles eleitores (as) que estão obtendo uma melhor renda devem observar entender e aderir a esses valores acima mencionados, e não apenas se posicionar como meros consumidores, pois assim, contribuem para a visão de um país avesso às mudanças. Os que muito consomem, tem medo de diminuir o consumo. Os que pouco consomem também. Com essa postura única de consumidores, e não de cidadãos (aqueles que exercem os direitos civis, políticos e sociais) contribuem para o “enferrujamento” das instituições, e com elas, da própria democracia, abrindo-se assim um corredor de oportunidade para regimes populistas e antidemocráticos, aliás, situação já vivenciada pelo Brasil entre o final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, quando o regime militar promoveu um crescimento anual acima de

10% ao ano. A China tem o maior crescimento econômico da atualidade, porém não tem democracia.

A sociedade brasileira após 29 anos de redemocratização com eleições a cada dois anos demonstrou nesta eleição a que grau de amadurecimento e entendimento que possui da democracia e de importância para o desenvolvimento do país. O resultado final dos votos válidos com 51,64% para Dilma Rousseff e 48,36% para Aécio Neves, mostra a menor diferença desde a primeira eleição direta após a redemocratização, em 1989.

Esse quadro lembra o clássico trabalho do jurista, sociólogo e demógrafo francês Jacques Lambert, “Os dois Brasis”, publicado em 1957. Em sua obra o autor vê a sociedade arcaica e a sociedade progressista unidas pelos “*elos da mesma língua, da mesma história, e pela comunhão do mesmo nacionalismo*” Enaltece o Brasil diante do que denomina na América espanhola, de região andina e região platina, demonstrando que, do ponto de vista de sua composição racial, o Brasil constitui um terceiro tipo de sul-americano, fundindo elementos numa cultura homogênea.

Ainda com suas palavras: “*o Brasil não é um país novo nem um velho país colonial; se a América Andina é dada vez mais uma América indígena e a América do Prata cada vez mais uma América europeia, o Brasil constitui uma América brasileira, de predominância europeia acentuada, conquanto original*”.

Em 2014, a eleição para presidente indica que os atributos apontados por Lambert para o Brasil não se constituem mais em tijolo e argamassa para a construção da nação, mas o surgimento do ódio, do rancor, da separação de classes sociais e de regiões, que não contribuem para sua permanente construção, pelo contrário, a segregam.

Surge a indagação? É o eleitor (a) que está conduzindo o país a ter esta nova face? Com certeza, totalmente não. Eles são condicionados e estimulados pelas elites políticas; estas sim têm a grande responsabilidade por este novo quadro de divisão da nação brasileira, onde o “veneno” da campanha desceu dos candidatos até a alma do eleitorado.

Tem-se em 2014, novamente dois Brasis, agora em contextos diferentes daqueles estudados por Lambert. Em um aspecto o país é menos desigual no seu quadro socioeconômico, de infraestrutura e regional, porém em outro aspecto o país está mais distante e indiferente um com o outro na sua estrutura política e regional.

Será árdua a tarefa da presidente reeleita. Não de unir o país, pois democracia é correlação de forças, mas cabe-lhe inspirar a tolerância, construir espaços de convergência e respeito ao cidadão, as instituições e a liberdade. É trabalho para estadista! O Brasil o terá?